### **DE 12 DE MARÇO DE 2010**

EMENTA: Altera a Lei nº 214 de 30 de maio de 2005 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Classificação de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal de Domingos e dá outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOMINGOS MOURÃO, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal do Município de Domingos Mourão, aprovou e *eu sanciono* a seguinte Lei:

### TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

### CAPÍTULO ÚNICO Do Plano de Carreira

- **Art. 1º -** Esta Lei reorganiza o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Domingos Mourão de acordo com a Lei nº. 11.494/07 (FUNDEB), Lei nº. 11.738/08 (Piso Salarial), Lei nº. 12.014/09, Lei Complementar nº. 101/2000 e Resolução nº. 02/2009.
- **Art. 2º -** O disposto neste plano aplica-se aos profissionais do Magistério do Município de Domingos Mourão, submetidos ao regime da Lei Municipal nº 214/05 que dispõe sobre o Plano de Classificação de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal.
- Art. 3° Para fins desta Lei, consideram-se:
- I Cargo Público é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas por um servidor público;
- II Classe é o desdobramento de um cargo no sentido de carreira;
- **III -** Carreira é o conjunto de cargo e classe de mesma natureza de trabalho, escalonados segundo o grau de responsabilidade e complexidade;
- **IV** Quadro de Pessoal é o conjunto de cargos efetivos e das funções de confiança integrantes da rede municipal de ensino;
- **V** Horas atividades são as horas destinadas à programação e preparação do trabalho didático, a colaboração com as atividades de direção e administração da escola, ao aperfeiçoamento profissional e a articulação com a comunidade;
- VI Nível ou Referência de Vencimento é a posição distinta na faixa salarial, identificada por algarismo romano.

### CAPÍTULO II Do Quadro de Pessoal

- **Art. 4º** O quadro de pessoal da rede municipal de ensino é constituída dos seguintes Cargo:
- a) Professor Classe "A";
- b) Professor Classe "B";
- c) Professor Classe "C";
- d) Professor Classe "D"
- e) Especialista em Educação (Classe Única).
- **Art. 5º -** Ficam criadas as funções de confiança de Diretor de Unidade Escolar, Supervisor Escolar e Orientador Educacional, Secretário, com gratificações, detalhamento e especificações previstas nos Anexos desta Lei.

Parágrafo único - Os cargos de confiança acima especificados serão ocupados de acordo com:

- I número de salas de aula;
- II grau de ensino ministrado;
- III número de turno

### CAPÍTULO III Do Concurso Público e da Nomeação

- **Art.** 6° O ingresso de profissionais do Magistério far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.
- **Parágrafo único** São admitidos outras formas de seleção pública para a contratação temporária, nos casos e condições previstas em Lei.
- **Art. 7º -** O concurso público será organizado por área de atuação e de acordo com as necessidades da rede municipal de ensino.
- **Art. 8º** Os encargos do magistério são acessíveis aos brasileiros ou equiparados e o ingresso será compatível com o salário inicial de carreira, atendidos os requisitos de qualificação, idade mínima de dezoito anos (18), aptidão física e mental e outros requisitos previstos em Lei.
- Art. 9º A nomeação far-se-á:
- I em caráter efetivo, quando se tratar de cargo efetivo ou de carreira;

II - em comissão, para cargos de confiança, de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal.

**Parágrafo Único** – A designação para a função de confiança de Diretor de Escola será feito pelo Prefeito Municipal, ouvindo a Comunidade Escolar.

### CAPÍTULO IV DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

**Art. 10** – Ao entrar em exercício, o membro do magistério nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito ao estágio probatório por um período de 02 (dois) anos, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o cargo, observados os seguintes fatores:

I - pontualidade;
II - assiduidade;
III - capacidade de iniciativa;
IV - produtividade:

**V** - responsabilidade.

**Parágrafo Único** – Os requisitos do estágio probatório serão aferidos em instrumento próprio, a ser preenchido pela chefia imediata do servidor, com acompanhamento do sindicato da categoria, conforme dispuser o regulamento específico.

### CAPÍTULO V Da Progressão

**Art. 11** – Progressão é a evolução do profissional do magistério sob a forma de progressão funcional e salarial, em função do tempo de serviço, da qualificação e da avaliação do seu desempenho.

### SEÇÃO I Da Progressão Funcional

**Art. 12** – A progressão funcional é a evolução automática do profissional do magistério de sua classe para outra do cargo que ocupa, em função da qualificação ou titulação exigida.

**Parágrafo Único** – Na progressão funcional de que trata o "caput" deste artigo, o profissional do magistério será enquadrado no mesmo nível alcançado na classe anterior.

- **Art. 13 –** Para efeito da progressão funcional, os cargos de professor e de especialista em educação são agrupados em classe, compreendendo cada classe um grau determinado pela habilitação ou titulação do profissional do magistério.
- § 1º O cargo de professor é constituído de quatro classes (A, B, C e D), com os seguintes pré-requisitos de qualificação mínima:
- I Professor Classe A = entende-se o docente com formação em Ensino Médio completo, modalidade Normal, para a docência na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental;
- **II** Professor Classe B = entende-se o docente regularmente investido em cargo cujo provimento se exija habilitação específica de Grau Superior, obtida em curso de licenciatura plena;
- III Professor Classe C = entende-se o docente regularmente investido no cargo cujo provimento se exija habilitação especifica de Grau Superior, obtida em curso de licenciatura plena com pós-graduação na área de docência;
- **IV** Professor Classe D = entende-se o docente regularmente investido no cargo cujo provimento se exija habilitação especifica de Grau Superior, obtida em curso de licenciatura plena com mestrado na área de docência;
- **V** O cargo de Especialista em Educação é constituído de classe única, com o prérequisito de curso de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, nos termos do art. 64 da Lei N. ° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

### SEÇÃO II Da Progressão Salarial

- **Art. 14 –** Progressão Salarial é a evolução do profissional do magistério de um nível salarial para outro superior do cargo e classe que ocupa, em função do tempo de serviço no magistério, da avaliação do desempenho e da participação em curso de atualização e aperfeiçoamento.
- § 1º Os níveis salariais são indicados no Anexo I, identificados pelos algarismos romanos de I a VIII, correspondendo cada nível um acréscimo de 5% (cinco por cento), incidindo o percentual sobre o vencimento imediatamente anterior.
- $\S\ 2^o$  Aplica-se a progressão salarial aos ocupantes dos cargos efetivos do quadro permanente.
- **Art. 15** O pessoal do magistério terá direito a progressão salarial, desde que satisfaça, cumulativamente, os seguintes requisitos:
- I houver completado no mínimo 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo na mesma referência;

- II ter alcançado o conceito favorável nas avaliações de desempenho do período;
- III ter participado de treinamento de atualização e aperfeiçoamento, com carga horária inferior a 240 (duzentos e quarenta) horas.
- § 1º Na avaliação da participação em treinamentos de atualização e aperfeiçoamento, a que se refere o inciso III, serão considerados cursos, seminários, encontros, congressos e similares na área da educação, promovidos por entidades devidamente reconhecidas.
- § 2º Os incisos II e III a que se refere o "caput" deste artigo, serão disciplinados no sistema de avaliação de desempenho, inclusive a participação em treinamento, a ser aprovado por ato do Prefeito Municipal.
- **Art. 16** A contagem de tempo de serviço para um novo período será sempre iniciada no dia seguinte aquele em que o servidor houver completado o período anterior.
- **Art. 17** Perderá o direito de progressão salarial o profissional do magistério que, no período de 03 (três) anos a ser computado, tiver:
- I recebido advertência escrita ou cumprido pena de suspensão;
- II mais de 15 (quinze) faltas não justificadas.
- **Art. 18** A progressão salarial, disciplinada nos artigos 15 e 16, não poderá ser concedida ao profissional do magistério que se encontre de licença ou afastamento sem direito a remuneração ou posto a disposição de órgão ou entidade fora do sistema de ensino.
- **Art. 19** O profissional do magistério que, em pleno exercício de sua função, permanecer por 05 (cinco) anos no mesmo nível salarial em face da não operacionalização e manutenção do sistema de avaliação de desempenho, será promovido para o nível imediatamente superior.

### SEÇÃO III Da Avaliação e do Desempenho

- **Art. 20** A avaliação do desempenho é o instrumento utilizado na aferição do desempenho do profissional do magistério no cumprimento de suas atribuições, permitindo o seu desenvolvimento profissional na carreira.
- **Art. 21 –** Na avaliação de desempenho serão adotados modelos que levarão em consideração o projeto pedagógico do ensino municipal, a natureza das atividades desempenhadas pelo profissional do magistério e as condições em que são exercidas, observadas as seguintes características fundamentais:

- I objetividade, clareza e adequação dos processos e instrumentos de avaliação ao conteúdo ocupacional dos cargos;
- II periodicidade;
- III comportamento observável do profissional do magistério;
- IV conhecimento prévio dos fatores de avaliação pelos profissionais do magistério;
- V conhecimento do servidor do magistério;
- VI capacitação dos avaliadores.

### CAPÍTULO VI Do Exercício

- **Art. 22 –** Para o efetivo desempenho de suas atribuições, o profissional do magistério terá o seu local de trabalho designado pela Secretaria Municipal de Educação ou equivalente, lotando-o, preferencialmente, em unidades escolares próxima a sua residência.
- **Art. 23 –** Considera-se como de efetivo exercício, os dias em que o ocupante do cargo do magistério se afastar do serviço em virtude de:
- I férias;
- II casamento, até 08 (oito) dias;
- III luto por falecimento do conjugue, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filho, enteado, menor sob guarda ou tutela e irmãos, até 08 (oito) dias;
- IV doação voluntária de sangue, devidamente comprovada, 01 (um) dia por ano;
- **V** alistamento como eleitor, 01 (um) dia;
- VI participação em programa de treinamento devidamente autorizado;
- VII desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal;
- **VIII -** convocação para o serviço militar;
- **IX** júri e outros serviços obrigatórios por lei;
- X licença, exceto quando não remuneradas;
- XI afastamento compulsório para disputar cargo eletivo;

**XII -** liberação de um servidor, membro da diretoria do sindicato, para desempenho de mandato no sindicato da categoria.

### CAPÍTULO VII Da Substituição

- **Art. 24** A substituição é o ato mediante o qual a autoridade competente designa o profissional do magistério para exercer, temporariamente, as funções de outro em suas faltas e impedimentos.
- **Art. 25** Poderá ser substituído, em caráter de emergência, o profissional do magistério que se afastar de suas funções, em virtude de doença ou por qualquer outro motivo de ordem legal, quando esse afastamento prejudicar as atividades escolares.
- **Art. 26** A substituição será obrigatória quando o afastamento for igual ou superior a 15 (quinze) dias, cabendo ao Diretor da Escola ou órgão competente indicar o substituto ao Secretário Municipal de Educação, para a designação.

### CAPÍTULO VIII Da Cedência

- **Art. 27 –** A cedência é o ato através do qual o Prefeito Municipal coloca o professor ou especialista em educação, com ou sem ônus para o órgão de origem, a disposição de entidade ou órgão da administração pública federal, estadual ou municipal.
- **Parágrafo Único** A cedência será, sem ônus para o órgão de origem, quando o professor ou especialista em educação for colocado à disposição da entidade sem vínculo administrativo com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para exercer funções fora do sistema de ensino.
- **Art. 28** A cedência será concedida pelo prazo máximo de 01 (um) ano, sendo prorrogável, anualmente, se assim convier as partes interessadas.

### CAPÍTULO IX Da Remoção

- **Art. 29** A remoção é o deslocamento do profissional do magistério de um para outro local da rede municipal de ensino, processando-se "ex-ofício", a pedido ou por permuta.
- **Art. 30 –** A remoção a pedido somente poderá ser concedida quando existir vaga.
- **Art. 31** A remoção ou permuta só poderá ser atendida quando os requerentes exercerem as mesmas atividades.

- **Art. 32** A remoção será processada se houver real interesse para o ensino, comprovada em proposta do órgão competente, desde que não haja professor disponível ou com carga horária incompleta na própria escola.
- **Art. 33** O profissional do magistério ocupante de cargo eletivo não poderá ser removido "ex-ofício", no prazo de vigência do respectivo mandato.

### CAPÍTULO X Do Afastamento

- **Art. 34** A juízo do Prefeito, ao integrante do magistério, poderá ser concedido afastamento, sem prejuízo de sua remuneração, para:
- I freqüentar treinamentos, cursos ou estágios de aperfeiçoamento compatíveis com sua área de atuação;
- **II -** participar de grupos de trabalho para a execução de tarefas de interesse do serviço público municipal na área de educação ou afim;
- III cumprir missão oficial dentro ou fora do país.
- **Art. 35** Desde a expedição do diploma para o cargo eletivo, o profissional do magistério ficará afastado do exercício do cargo, enquanto durar o desempenho do mandato.

**Parágrafo Único** – Em se tratando de mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, poderá permanecer no seu cargo, sem prejuízos da remuneração a que faz jus.

**TÍTULO III Dos Deveres** 

CAPÍTULO I Da remuneração

### SEÇÃO I Do Vencimento

- **Art. 36** Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes, estabelecidas em lei.
- **Art. 37** Vencimento é a retribuição pecuniária devida ao membro do magistério pelo exercício do cargo efetivo, correspondente à classe e nível do ocupante do cargo, na forma especificada no Anexo I, desta Lei.

- **Art. 38** O piso salarial do professor qualificado, para uma jornada semanal de trabalho de 40 (quarenta) horas, será o valor correspondente ao de Professor Classe "A" Nível "I" do Anexo desta Lei.
- § 1º O salário do Professor inicial Classe "A" em regime de 20 (vinte) horas será equivalente a 57,18% (cinqüenta e sete, dezoito por cento) do Salário percebido pelo Professor Inicial Classe "A" em regime de 40 (quarenta) horas semanais.
- § 2º O salário do Professor inicial Classe "B" em regime de 20 (vinte) horas será equivalente a 62,51% (sessenta e dois, cinqüenta e um por cento) do Salário percebido pelo Professor Inicial Classe "A" em regime de 40 (quarenta) horas semanais.
- § 3º O salário do Professor inicial Classe "C" em regime de 20 (vinte) horas será equivalente a 62,51% (sessenta e dois, cinqüenta e um por cento) do Salário percebido pelo Professor Inicial Classe "B" em regime de 40 (quarenta) horas semanais.
- § 4° O salário do Professor inicial Classe "D" em regime de 20 (vinte) horas será equivalente a 62,51% (sessenta e dois, cinqüenta e um por cento) do Salário percebido pelo Professor Inicial Classe "C" em regime de 40 (quarenta) horas semanais.
- § 5° O salário do Professor Especialista em Educação em regime de 20 (vinte) horas será equivalente a 62,51% (sessenta e dois, cinqüenta e um por cento) do Salário percebido pelo Especialista em Educação em regime de 40 (quarenta) horas semanais.
- § 6° A diferença do Professor Classe "A" em regime de 40 (quarenta) horas para o Professor Classe "B" com a mesma jornada será de 79,06% (setenta e nove, zero seis por cento).
- § 7° A diferença do Professor Classe "C" em regime de 40 (quarenta) horas para o Professor Classe "D" com a mesma jornada será de 95,23% (noventa e cinco, vinte e três por cento).

### SEÇÃO II Das Gratificações Adicionais

- **Art. 30** O professor ou especialista em educação fará jus a uma gratificação adicional de tempo de serviço à razão de 5% (cinco por cento), por cada 05 (cinco) anos de serviço efetivo no Município, incidindo o percentual sobre o vencimento.
- **Art. 40** O profissional do magistério, em exercício em escola de difícil acesso, fará jus a uma gratificação mensal, correspondente a 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o vencimento, conforme critério a ser disciplinado pelo Prefeito Municipal.

**Parágrafo Único** – São requisitos mínimos para a classificação da escola como de difícil acesso:

- I localização na zona rural;
- II distância de mais de 06 (seis) quilômetros da zona urbana do Município;
- III inexistência de linha regular de transporte coletivo ou de transporte oferecido pelo Município.
- **Art. 41** A gratificação de regência equivalente a 20% (vinte por cento) prevista na Lei n°. 214/05 será incorporada automaticamente ao vencimento do professor.
- **Art. 42** O professor no exercício das funções de Diretor de Escola, Supervisor ou Orientador Educacional, disciplinadas no artigo 6º desta Lei, perceberá uma gratificação mensal, de acordo com a hierarquia das funções de confiança da Prefeitura Municipal.

### CAPÍTULO II Do Incentivo Financeiro ao Desenvolvimento Profissional

- **Art. 43** Será concedido um percentual sobre o vencimento do profissional do Magistério pela sua participação em programa de desenvolvimento profissional na área da educação, em nível de aperfeiçoamento e pós-graduação, obedecendo aos seguintes critérios:
- **a)** Curso de aperfeiçoamento, com carga horária de 240 (duzentos e quarenta) a 359 (trezentos e cinqüenta e nove) horas: 4% (quatro por cento);
- **b)** Curso de especialização, com carga horária igual ou superior a 360 (trezentos e sessenta) horas: 4% (quatro por cento);
- c) Curso de mestrado: 15% (quinze por cento).

Parágrafo Único. Será permitida a contagem de, no máximo, quatro cursos.

### CAPÍTULO III Das Férias

**Art. 44** – Os ocupantes de cargo do Magistério, em regência de classe, gozarão de férias regulamentares de 45 (quarenta e cinco) dias anuais, fixados nos períodos do recesso escolar e de acordo com o interesse da escola, os demais integrantes do Magistério farão jus férias anuais de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo Único** – Não será permitido acumular férias e nem transferi-las para período de aulas regulamentares.

### CAPÍTULO IV Das Licenças

**Art. 45** – Aplicar-se-ão, ao profissional do Magistério, o regime de licenças estabelecidas em lei.

### CAPÍTULO V Dos Deveres

- Art. 46 São deveres do profissional do Magistério:
- I Cumprir as ordens dos superiores hierárquicos;
- II Manter espírito de cooperação e solidariedade entre os colegas;
- **III -** Utilizar processo de ensino que não se afaste do conceito atual de Educação e Aprendizagem.
- IV Incutir nos alunos, através do exemplo, o espírito de solidariedade humana, de justiça e cooperação, o respeito às autoridades constituídas e o amor à Pátria.
- V Empenhar-se pela educação integral do educando;
- VI Comparecer pontualmente às escolas ou à repartição em seu horário normal de trabalho e, quando convocado às reuniões, comemorações e outras atividades, executando os serviços que lhe competirem.
- VII Sugerir providências que visem a melhoria do ensino e ao seu aperfeiçoamento;
- **VIII -** Participar no processo de planejamento de atividades relacionadas com a educação para o Estabelecimento de Ensino que atuar;
- IX Zelar pela economia de material do Município e pela conservação do que lhe for confiado à sua guarda e uso;
- **X** Guardar sigilo sobre assuntos do Estabelecimento de Ensino ou repartição que não devam ser divulgados;
- **XI -** Tratar com urbanidade as pessoas (alunos, pais) atendendo-as sem preferência;
- **XII -** Freqüentar, quando designado, cursos legalmente instituídos para aperfeiçoamento profissional;
- **XIII -** Apresentar-se decentemente trajado em serviço;
- **XIV -** Proceder, na vida pública e privada, de forma a dignificar sempre a função pública;

- **XV** Levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ou função;
- **XVI** Submeter-se a inspeção médica que for determinada pela autoridade competente;
- **XVII -** Cumprir com pontualidade, zelo, probidade, eficiência e responsabilidade todos os encargos de sua função;
- **XVIII** Respeitar o educando, tratando-o com polidez, desvelo e estima;
- **XIX** Representar contra a ilegalidade ou abuso de poder;
- **XX** Avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos, dentro dos prazos regulamentares;
- **XXI -** Promover aulas, trabalhos e atividades de recuperação com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem;
- **XXII** Fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades;
- **XXIII -** Zelar pela ordem e guarda da documentação escolar, mantendo atualizados os registros.

### TÍTULO IV Do Regime Disciplinar

## CAPÍTULO I

### Do Regime das Normas Operacionais

- **Art. 47** aplicar-se-ão ao profissional do Magistério, o regime disciplinar previsto em lei, além de normas operacionais estabelecidas em Regimento Interno da Escola.
- **Art. 48 –** O Regimento Interno da Escola, contendo normas operacionais, será elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura em conjunto com o Conselho Escolar.

### CAPÍTULO II Da Jornada de Trabalho

- **Art. 49 –** Haverá na Carreira do docente e de especialista em educação através de concurso específico em duas jornadas de trabalho:
- I a de 20 (vinte) horas semanais, cumpridas em unidade escolar ou órgão;
- II a de 40 (quarenta) horas semanais, cumpridas em unidade escolar ou órgão.

- III o professor detentor de cargo de 20 (vinte) horas semanais, poderá optar por uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, sendo 20 horas como aulas extraordinárias, sempre que houver vaga e interesse público. A complementação será em caráter opcional, sendo que os vencimentos corresponderão aos especificados nos Anexos desta Lei.
- § 1° A jornada de trabalho do professor em função docente inclui oitenta por cento (80 %) de horas em aula e 20% (vinte por cento) de horas de atividades, destinadas, de acordo com a proposta pedagógica da escola, à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, à articulação com a comunidade, reuniões e aperfeiçoamento profissional.
- § 2° As atividades acima especificadas deverão ser cumpridas integralmente em ambiente escolar ou designado pela instancia superior, vedada o exercício de tais atividades em ambiente residencial.
- **Art. 50** As aulas que ultrapassarem ao regime normal de trabalho de 20 (vinte) horas, serão consideradas excedentes e, como tais, pagas sob regime de salário-aula.

**Parágrafo Único** – O salário-aula não poderá ser inferior ao pago por hora de regime normal de trabalho.

- **Art. 51** A fixação e a alteração do regime de trabalho normal, por ato do Prefeito dependerão, em cada ano, da necessidade da Unidade Escolar e obedecerá aos critérios da Antigüidade e disponibilidade do corpo docente.
- **Art. 52** A jornada de trabalho do profissional do Magistério, investido no cargo mediante concurso público para o regime de 40 (quarenta) horas, somente poderá ocorrer redução com a concordância do servidor.
- **Art. 53** O calendário escolar no âmbito do município de Domingos Mourão será de 200 (duzentos) dias letivos, com hora aula de 60 (sessenta) minutos, de acordo com Leia de Diretrizes e Base.

### TÍTULO V Das Disposições Gerais e Transitórias

- **Art. 54** Os atuais professores, com qualificação específica, regularmente investida no cargo serão enquadrados no cargo e classe do quadro permanente, observando as descrições e especificações dos cargos Anexo II.
- **Parágrafo Único** Para o posicionamento do profissional do Magistério no nível salarial, no ato da implantação do Plano, será apurado o tempo de serviço do servidor na função da Prefeitura Municipal de Domingos Mourão, estabelecendo um nível para cada 04 (quatro) anos de serviço.

- **Art. 55** Os servidores enquadrados nos quadros suplementar ou especial não integram o sistema de carreira do Plano, previsto no Capítulo V, mas estão sujeitos as normas gerais no que couber.
- **Art. 56** Para os professores e os especialistas em educação, o Prefeito Municipal promoverá cursos permanentes e regulares de aperfeiçoamento, especialização e graduação na área de educação.
- **Art. 57** Além da progressão salarial disciplinada nos artigos 15 e 16, o profissional do Magistério poderá ser contemplado com o incentivo de progressão salarial por qualificação do trabalho docente.
- § 1º A progressão salarial a que se refere o **caput** deste artigo, será concedida considerando os seguintes fatores:
- I dedicação exclusiva no sistema de ensino;
- II exames periódicos de aferição de conhecimento na área curricular em que o profissional do Magistério exerça a docência e de conhecimento pedagógico;
- III avaliação segundo parâmetros de qualidade no exercício profissional e de acordo com o projeto pedagógico do sistema do Município.
- § 2º As normas e procedimentos para a concessão da progressão serão disciplinados por ato do Prefeito Municipal.
- **Art. 58** Ficam assegurados aos membros do Magistério os vencimentos e vantagens adquiridas até a vigência desta Lei.
- **Art. 59 –** O Sistema de Avaliação e Desempenho, previsto nos artigos 22 e 23, será aprovado e implantado pelo Poder Executivo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da publicação desta Lei.
- **Art. 60** O Prefeito Municipal expedirá os atos de enquadramento dos profissionais do Magistério no Plano.
- **Art. 61 –** As despesas decorrentes da aplicação deste Plano correrão por conta de dotações do próprio Orçamento e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.
- **Art. 62 –** Os casos omissos serão disciplinados em normas complementares, aprovadas por ato do Prefeito Municipal.
- **Art. 63** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos a partir do dia 1º de janeiro de 2010.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DOMINGOS MOURÃO, aos doze

dias do mês de março do ano de dois mil e dez.

Domingos José Rodrigues Cavaleiro

**Prefeito Municipal** 

## **DE 12 DE MARÇO DE 2010**

Cargo	Carga Horária	Quant.	Nível	Salário
Professor Classe A	20 horas		I	585,90
-	-		II	615,19
-	-		III	645,95
-	-		IV	678,25
-	-		V	712,16
-	-		VI	747,77
-	-		VII	785,15

Cargo	Carga Horária	Quant.	Nível	Salário
Professor Classe A	40 horas		I	1.024,67
-	-		II	1.075,90
-	-		III	1.129,69
-	-		IV	1.186,18
_	-		V	1.245,49
-	-		VI	1.307,76
-	-		VII	1.373,15

## **DE 12 DE MARÇO DE 2010**

Cargo	Carga Horária	Quant.	Nível	Salário
Professor Classe B	20 horas		I	810,00
-	-		II	850,50
-	-		III	893,02
-	-		IV	937,67
-	-		V	984,56
-	-		VI	1.033,78
-	-		VII	1.085,47

Cargo	Carga Horária	Quant.	Nível	Salário
Professor Classe B	40 horas		I	1.295,96
-	-		II	1.360,76
-	-		III	1.428,80
-	-		IV	1.500,24
-	-		V	1.575,25
-	-		VI	1.654,01
-	-		VII	1.736,71

## **DE 12 DE MARÇO DE 2010**

Cargo	Carga Horária	Quant.	Nível	Salário
Professor Classe C	20 horas		I	850,50
-	-		II	893,02
-	-		III	937,67
-	-		IV	984,56
-	-		V	1.033,78
-	-		VI	1.085,47
-	-		VII	1.139,75

Cargo	Carga Horária	Quant.	Nível	Salário
Professor Classe C	40 horas		I	1.360,75
-	-		II	1.428,79
-	-		III	1.500,23
_	-		IV	1.575,24
_	-		V	1.654,00
-	-		VI	1.736,71
-	-		VII	1.823,54

## **DE 12 DE MARÇO DE 2010**

Cargo	Carga Horária	Quant.	Nível	Salário
Professor Classe D	20 horas		I	893,02
-	-		II	937,67
-	-		III	984,56
-	-		IV	1.033,78
-	-		V	1.085,47
-	-		VI	1.139,75
-	-		VII	1.196,73

Cargo	Carga Horária	Quant.	Nível	Salário
Professor Classe D	40 horas		I	1.428,79
-	-		II	1.500,23
-	-		III	1.575,24
-	-		IV	1.654,00
-	-		V	1.736,71
-	-		VI	1.823,54
-	-		VII	1.914,71

## **DE 12 DE MARÇO DE 2010**

Cargo	Carga Horária	Quant.	Nível	Salário
Especialista em Educação	20 horas		I	810,00
-	-		II	850,50
-	-		III	893,02
-	-		IV	937,67
-	-		V	984,56
-	-		VI	1.033,78
-	-		VII	1.085,47

Cargo	Carga Horária	Quant.	Nível	Salário
Especialista em Educação	40 horas		I	1.295,96
-	-		II	1.360,76
-	-		III	1.428,80
-	-		IV	1.500,24
-	-		V	1.575,25
-	-		VI	1.654,01
-	-		VII	1.736,71

## **DE 12 DE MARÇO DE 2010**

### ANEXO II Tabela Salarial

# Quadro de Orientação de Provimento e Remuneração dos Cargos de Direção e Assessoramento

DAÍ	VALOR
DAÍ-1	100,00
DAÍ-2	200,00
DAÍ-3	300,00
DAÍ-4	400,00
DAÍ-5	500,00
DAÍ –6	600,00

#### **DE 12 DE MARÇO DE 2010**

### ANEXO IV Descrição e Especificação do Cargo

I - TÍTULO DO CARGO: Professor Classe A/B/C/D

### II - DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Planejar e ministrar aulas e atividades afins, para alunos da educação infantil
ao ensino fundamental, elaborando e aplicando teste, estabelecendo tarefas
para os alunos, selecionando o material didático a ser empregado no ensino,
em conformidade com os programas estabelecidos.

### III - DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Ministrar aulas e atividades de classe, observando o plano de trabalho;
- Elaborar e aplicar testes, provas e outros métodos usuais de avaliação;
- Estabelecer tarefas individuais e em grupo;
- Selecionar e/ou confeccionar o material didático a ser utilizado no ensino;
- Registrar no diário de classe ou equivalente as notas e as freqüências dos alunos, bem como as atividades didático-pedagógicas desenvolvidas;
- Participar de curso de atualização e/ou aperfeiçoamento em sua área de atuação;
- Executar outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo, mediante determinação superior.

#### **IV - REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**

- Classe A instrução equivalente ao 2º Grau, com habilitação para o Magistério;
- Classe B curso de licenciatura plena, com habilitação específica na área;
- Classe C curso de licenciatura plena, com habilitação especifica na área com curso de pós-graduação;
- Classe D curso de licenciatura plena, com habilitação especifica na área com curso de mestrado;
- Ser maior de 18 (dezoito) anos.

I - TÍTULO DO CARGO: Especialista em Educação

### II - DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

• Executar atividades específicas de planejamento, administração, supervisão escolar e orientação educacional no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

### III - DESCRIÇÃO DETALHADA:

Atividades comuns às áreas de planejamento, administração, supervisão e orientação:

- Participar da elaboração do Planejamento da Educação Municipal;
- Propor medidas visando ao desenvolvimento dos aspectos qualitativos do ensino;
- Participar da elaboração, execução e avaliação de projetos de treinamento, visando a atualização e aperfeiçoamento do Magistério;
- Participar da elaboração do Plano Global da Escola, do Regimento Escolar e das Grades Curriculares;
- Participar das distribuições de turmas e da organização da carga horária;
- Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem;
- Integrar o colegiado escolar, atuar na escola, detectando aspectos a serem redimensionados, estimulado a participação do corpo docente na identificação das causas e na busca de alternativas e soluções;
- Participar de reuniões técnico-administrativo-pedagógicas na escola e nos Órgãos da Secretaria Municipal de Educação;
- Participar do processo de integração família-escola-comunidade.

### I - TÍTULO DO CARGO: Supervisão Escolar:

- Planejar, supervisionar, avaliar e reformular o processo ensino-aprendizado, traçando metas, criando ou modificando processo educativos, para propiciar a educação integral dos alunos;
- Desenvolver pesquisas de campo, promovendo visitas, consultas e debates de sentido sócio-ecônomico-educativo, para evidenciar recursos, problemas e necessidades da área educacional:
- Elaborar em conjunto com os demais educadores e em consonância com a comunidade, currículos, planos de cursos e programas, estabelecendo normas e diretrizes para assegurar ao sistema educacional conteúdos programáticos autênticos e definidos em termos de qualidade e rendimento;
- Orientar o corpo docente sobre o desenvolvimento de suas potencialidades profissionais, incentivando-lhe a criatividade, a autocrítica, o espírito de equipe e a busca do aprimoramento;
- Supervisionar a aplicação de currículos, planos e programas, promovendo a inspeção de Unidades Escolares, acompanhando, controlando e avaliando o desenvolvimento de seus componentes;
- Examinar relatórios e participar dos Conselhos de Classe, para aferir a validade dos métodos de ensino utilizados;
- Participar do processo de avaliação escolar e recuperação dos alunos, para identificar os pontos de estrangulamento do processo ensino-aprendizagem;
- Executar outras atividades compatíveis com a natureza cargo, mediante determinação superior.

### **II - REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**

- Licenciatura Plena, com habilitação específica;
- Ter, no mínimo, 2 (dois) anos de experiência na função de docente.

### I - TÍTULO DO CARGO: Diretor de Colégio

### II - DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

• Planejar, controlar e avaliar todas as atividades técnico administrativa Pedagógica desenvolvidas no estabelecimento de ensino.

### III - DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Zelar pela realização dos fins da escola e objetivos dos cursos;
- Assinar juntamente com o Secretário toda a documentação relativa a vida escolar dos alunos e da escola;
- Convocar e presidir reunião no âmbito escolar;
- Representar o colégio perante os órgãos e entidades de ensino;
- Zelar pelo fiel cumprimento das Leis, Regulamentos e decisões superiores;
- Permanecer na escola durante o expediente normal de cada turno, dando assim assistência integral da escola sob sua responsabilidade;
- Planejar as atividades de ensino e da administração em cooperação com os outros elementos da escola;
- Criar um clima de harmonia e respeito entre os professores, alunos e outros elementos da escola;
- Supervisionar as atividades dos serviços das instituições da escola.

### **II - REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**

- Licenciatura Plena, com habilitação específica;
- Ter, no mínimo, 2 (dois) anos de experiência na função de docente;

### I - TÍTULO DO CARGO: Secretário (a)

### II - DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

• Planejar, controlar e avaliar todas as atividades técnico administrativa Pedagógica desenvolvidas no estabelecimento de ensino.

### III - DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Organizar os arquivos de moda a garantir a segurança da vida escolar, permitindo a localização rápida e eficiente de informações referentes à mesma:
- Manter atualizados os livros de ata, de ponto, diários de classes e as fichas de rendimento escolar;
- Assinar juntamente com o Diretor os documentos escolares dos alunos, como toda a documentação da Secretaria;
- Efetuar e controlar as matriculas escolares:
- Zelar pelo recebimento e expedição de documentos autênticos e sem rasuras;
- Participar de reuniões;
- Providenciar o preparo de históricos escolares, transferências e certificados, atestados e outros;
- Informar o órgão competente sobre a vida pessoal do funcionário no que se refere a freqüência, afastamento e retorno as atividades da escola.

### IV - REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

Portador de Curso Pedagógico.

### I - TÍTULO DO CARGO: Supervisor Pedagógico:

### II - DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

• Desenvolver trabalho pedagógico, planejando, controlando e avaliando as atividades curriculares:

### III - DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Assegurar, avaliar e acompanhar o desenvolvimento da programação com os professores, adequação dos conteúdos programáticos, da metodologia de Ensino dos instrumentos de avaliação, dos objetivos do colégio, do curso e das disciplinas, visando a melhoria da plena aprendizagem;
- Avaliar as atividades curriculares;
- Promover curso de capacitação para o corpo docente;
- Garantir e respeitar no processo educacional os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantido a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes culturais;
- Acompanhar com espírito critico-científico o desenvolvimento do processo educativo

## IV - REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

- Licenciatura Plena, com habilitação específica;
- Ter, no mínimo, 2 (dois) anos de experiência na função de docente;